



Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização do Edifício ou Instalação

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Loures

Identificação do Requerente

Designação _____
N.º Contribuinte _____ **Qualidade¹** _____
Código Postal _____ - _____
E-mail _____ **Tel.** _____

Identificação do Representante

Nome _____
N.º CC / BI _____ **N.º Contribuinte** _____
Morada _____
Código Postal _____ - _____
E-mail _____ **Tel.** _____

Qualidade de: ☐ Mandatário ☐ Procurador ☐ Representante da Direção

Para efeitos do presente pedido, autorizo a notificação via e-mail. ☐

Vem solicitar a V.ª Ex.ª:

☐ a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime de regularização dos edifícios-sedes e similares de associações sem fins lucrativos existentes, que não disponham de título urbanístico ou de licenciamento, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, assim como alteração ou ampliação das instalações-sedes ou similares que possuam licença de utilização válida e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública abrangidos pela Lei nº 29/2024, de 5 de Março;

☐ a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, para realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho conjunto do membro do Governo competente pela área do desenvolvimento rural e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN, abrangidas pelo n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março;

☐ a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, para realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN, abrangidas pelo n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.

¹ Proprietário, usufrutuário, arrendatário, superficiário, outro (especificar)

A regularização é referente ao prédio localizado em _____
_____, na Freguesia/União de Freguesias
_____, descrito na Conservatória do Registo
Predial sob o nº _____ e inscrito na matriz sob o artigo _____.

Elementos a anexar:

- ☐ Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização do pedido ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- ☐ Indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial referente ao prédio ou prédios ou a respetiva certidão negativa do registo predial;
- ☐ Certidão de início de atividade com a indicação das CAE's principal e secundária (s), de acordo com o previsto no Decreto – Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro;
- ☐ Caracterização sumária da associação e breve historial sobre a sua existência;
- ☐ Outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

Loures, _____ de _____ 20 _____

O Requerente, _____